



1. Conjuntura Socioeconômica

1.1. Considerações Iniciais

O presente capítulo tem por objetivo apresentar alguns indicadores econômicos e sociais do estado de Pernambuco, comparando-os com os das demais unidades da federação e com indicadores nacionais.

Será feita uma breve análise do cenário econômico brasileiro e uma análise um pouco mais detalhada do cenário socioeconômico do estado de Pernambuco.

Para tal, serão abordados indicadores de produção, investimento, população, balança comercial, inflação, mercado de trabalho, desigualdade de renda, segurança pública e saneamento. Na presente análise foram utilizados os dados oficiais disponíveis.

1.2. Cenário Econômico Nacional

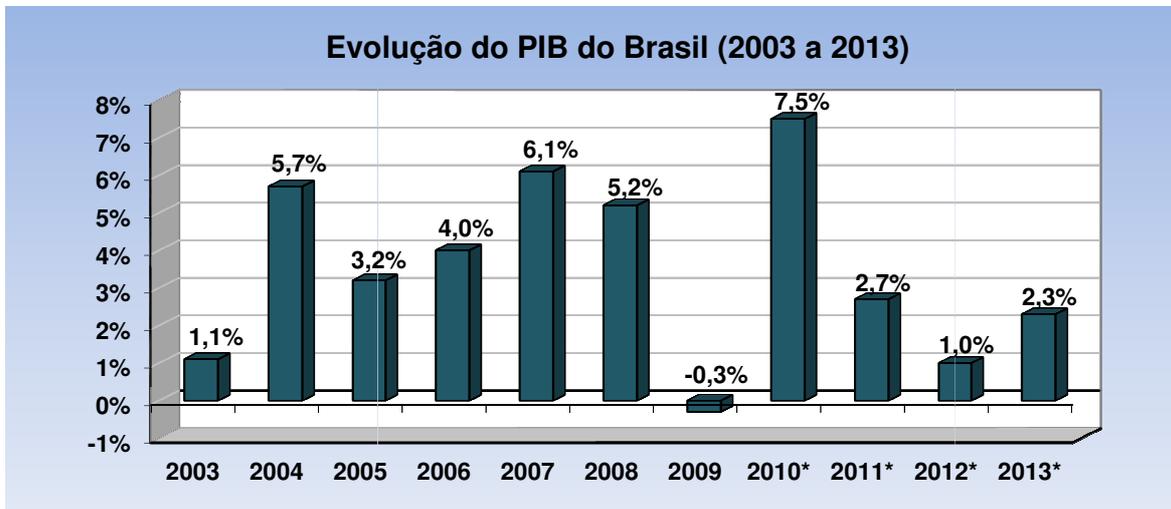
No âmbito nacional, os indicadores analisados são o Produto Interno Bruto – PIB e a Taxa de Investimento. Além desses, quando da análise do cenário socioeconômico estadual (item 1.3 do presente relatório), são apresentados dados nacionais de população, inflação, mercado de trabalho, índice de gini, segurança pública e saneamento.

Com relação ao Produto Interno Bruto – PIB, ele representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos numa dada região, durante determinado período de tempo.

O PIB, sob a ótica da oferta, é o somatório dos três setores que compõem a economia (Indústria, Agropecuária e Serviços – que correspondem ao ‘Valor Adicionado a Preços Básicos’) e dos ‘Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios’.

O PIB do Brasil em 2013 apresentou crescimento de 2,3% em relação a 2012. No acumulado do ano ele totalizou R\$ 4.838,0 bilhões em valores correntes. O PIB *per capita*, definido como a divisão do valor corrente do PIB pela população residente no meio do ano, alcançou R\$ 24.065 (em valores correntes) em 2013.

O gráfico a seguir apresenta a evolução do PIB nacional no período entre 2003 e 2013.

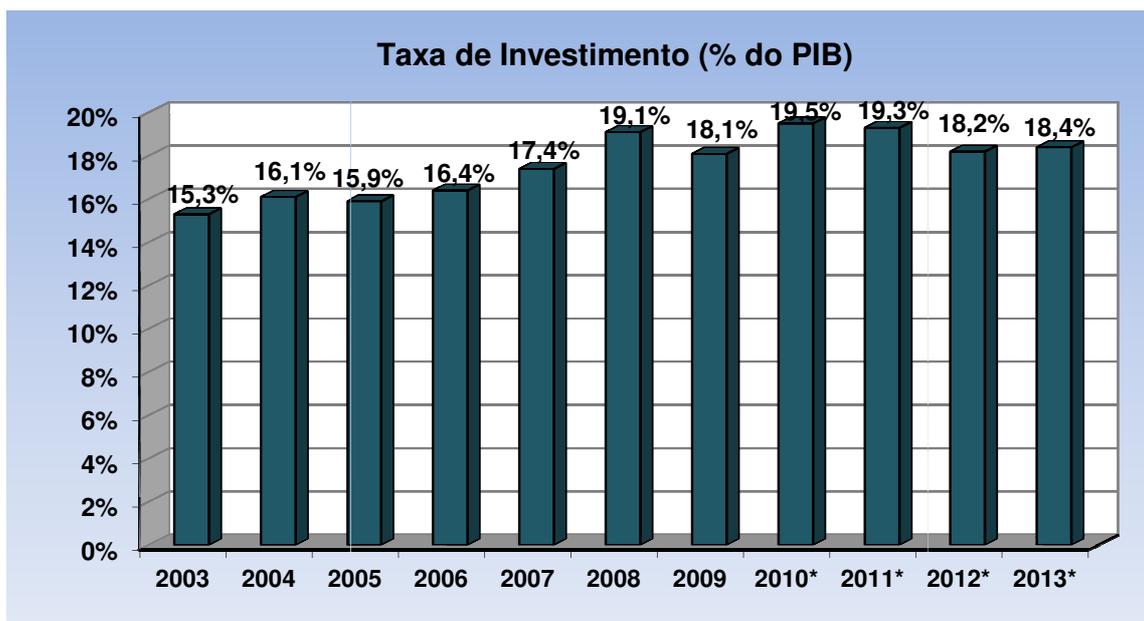


Fonte: IBGE

Nota: (*) Dados preliminares

A expansão do PIB resultou do aumento de 2,1% do Valor Adicionado a Preços Básicos e do crescimento de 3,3% nos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. O resultado do Valor Adicionado refletiu o desempenho das três atividades que o compõem: Agropecuária (7,0%), Indústria (1,3%) e Serviços (2,0%).

Outro indicador relevante é a Taxa de Investimento. Ela é medida pela relação entre Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e o Produto Interno Bruto (PIB), onde a FBCF representa o volume anual de investimento na economia. O gráfico a seguir apresenta sua evolução entre os anos de 2003 e 2013.



Fonte: IBGE

Nota: (*) Dados preliminares



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Observa-se que a taxa de investimento no ano de 2013 foi de 18,4% do PIB, ligeiramente superior a de 2012, que foi de 18,2%.

1.3 - Cenário Socioeconômico Estadual

1.3.1 – População

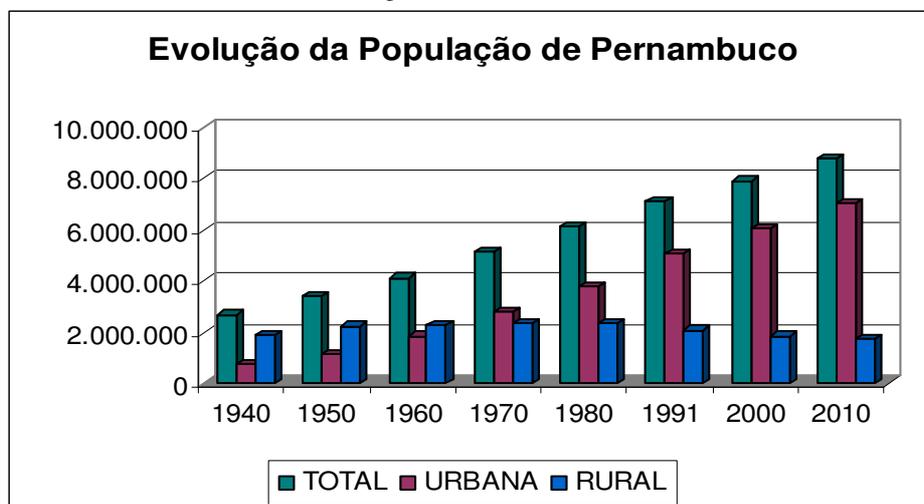
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, por meio do Censo Demográfico 2010, apresentou dados da população brasileira que serão comentados a seguir.

No referido ano a população brasileira era de 190.732.694 habitantes, dos quais 84,35% residiam na zona urbana e 15,65% na zona rural. A Região Nordeste, por sua vez, tinha uma população de 53.078.137 habitantes, representando 27,83% da população nacional. Também é uma população predominantemente urbana, com 73,13% do seu total residindo na zona urbana e 26,87% na zona rural.

Com relação aos dados populacionais de Pernambuco, a tabela e o gráfico a seguir demonstram a evolução da população, com base nos censos realizados pelo IBGE, desde 1940 até 2010.

Evolução da População de Pernambuco			
Ano	Urbana	Rural	Total
1940	787.808	1.900.432	2.688.240
1950	1.167.400	2.227.785	3.395.185
1960	1.856.689	2.280.211	4.136.900
1970	2.810.843	2.349.797	5.160.640
1980	3.783.264	2.358.729	6.141.993
1991	5.051.654	2.076.201	7.127.855
2000	6.058.249	1.860.095	7.918.344
2010	7.049.868	1.746.164	8.796.032

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

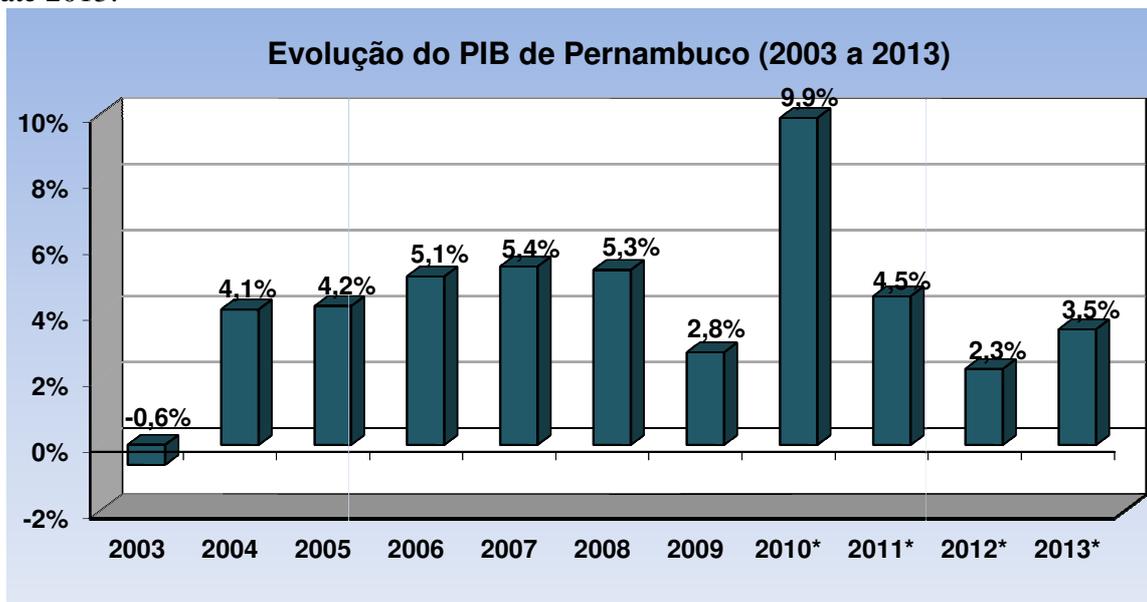
Observa-se que até a década de 60 a população pernambucana residia em sua maioria na zona rural. A partir da década de 70 a população do estado passou a ser preponderantemente urbana. Verifica-se ainda que em 2010 a população total era de 8.796.032 habitantes, correspondendo a 16,57% da população nordestina e 3,12% da população nacional.

Ainda segundo o IBGE, a população de Pernambuco estimada para 2013 foi de 9.208.550 habitantes.

1.3.2 - Produto Interno Bruto

A economia pernambucana apresentou um maior crescimento do seu PIB em 2013 (3,5%) quando comparado com o de 2012 (2,3%). Segundo estimativas da Agência CONDEPE/FIDEM, o PIB pernambucano em 2013, em valores correntes, totalizou R\$ 125,7 bilhões.

O gráfico a seguir apresenta a taxa de crescimento do PIB estadual de 2003 até 2013:



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

Nota: (*) Dados preliminares

Segundo o Boletim Trimestral: Pernambuco – Indicadores Econômicos – vol. 11, 4º trimestre de 2013, da Agência CONDEPE/FIDEM, o crescimento de 3,5% do PIB em 2013 foi decorrente do crescimento de 2,2% nos impostos sobre a produção, de 3,1% na indústria, 3,9% nos serviços e de 4,9% no setor agropecuário.

O quadro e o gráfico a seguir retratam a evolução da participação percentual das atividades econômicas (agropecuária, indústria e serviços) no 'valor adicionado bruto a preços básicos - VAB' de Pernambuco no período de 2002 a 2011.

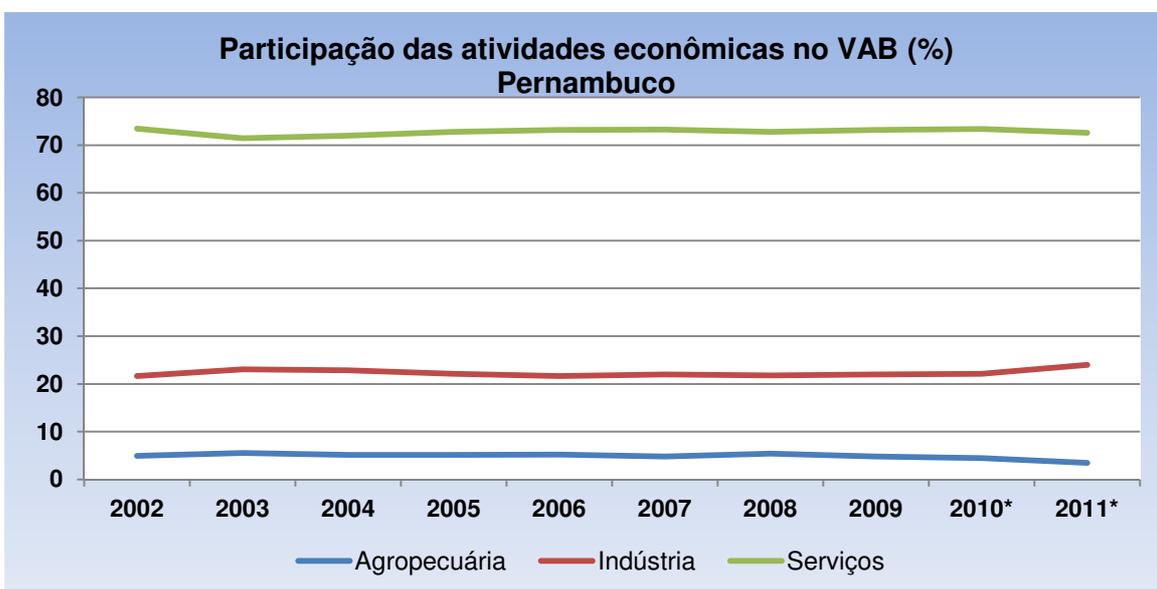


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Participação das atividades econômicas no VAB (%) - Pernambuco										
Setores	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*	2011*
Agropecuária	4,90	5,53	5,12	5,13	5,19	4,77	5,38	4,82	4,49	3,45
Indústria	21,66	23,03	22,88	22,10	21,63	21,95	21,80	21,98	22,14	23,99
Serviços	73,44	71,44	72,00	72,77	73,18	73,28	72,82	73,20	73,37	72,56
Total	100,00									

Fonte: IBGE/Agência CONDEPE/FIDEM

(*) Dados preliminares, sujeitos a alterações.



Fonte: IBGE/Agência CONDEPE/FIDEM

(*) Dados preliminares, sujeitos a alterações.

A partir da série histórica observa-se que o setor de serviços é o mais representativo da economia pernambucana, seguido pelo setor industrial e pelo agropecuário. Em 2011 o setor de serviços correspondeu a 72,56% do VAB, o industrial a 23,99% e o agropecuário a 3,45%. Comparando 2011 com 2010, percebe-se um crescimento na participação do setor industrial e uma leve queda na participação dos setores de serviços e agropecuário.

O quadro e o gráfico a seguir fazem um comparativo entre a evolução do PIB nacional e do PIB estadual no período de 2003 a 2013.

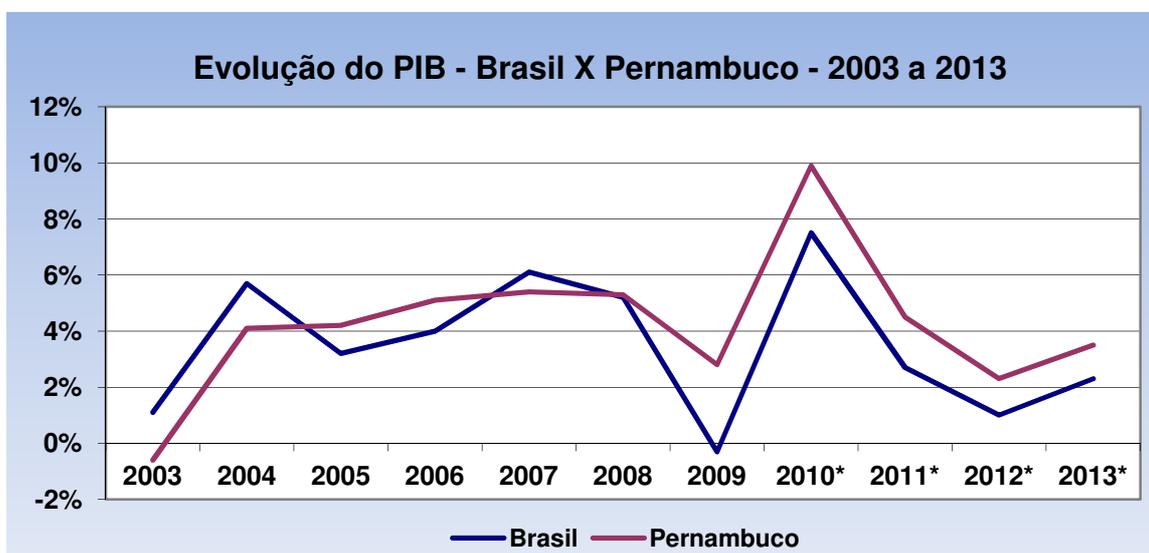
Evolução do PIB (%)		
Ano	Brasil	Pernambuco
2003	1,1	-0,6
2004	5,7	4,1
2005	3,2	4,2
2006	4,0	5,1
2007	6,1	5,4



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Evolução do PIB (%)		
Ano	Brasil	Pernambuco
2008	5,2	5,3
2009	-0,3	2,8
2010	7,5	9,9
2011	2,7	4,5
2012	1,0	2,3
2013	2,3	3,5

Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM



Fonte: IBGE e Agência CONDEPE/FIDEM

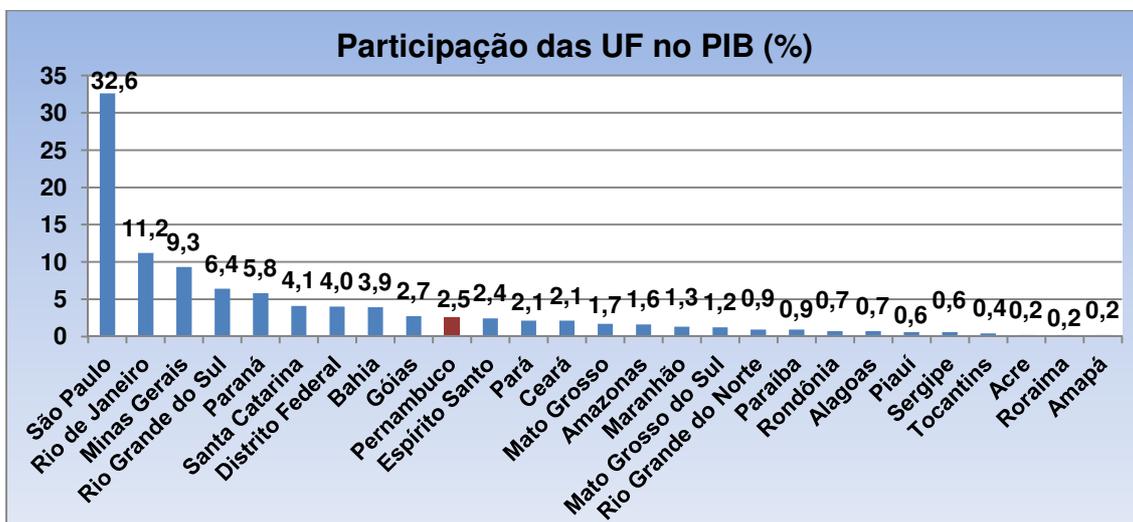
Nota: (*) Dados preliminares

Observa-se que desde 2005, com exceção de 2007, a economia pernambucana apresenta taxa de crescimento superior a da economia nacional. Com relação a 2013, a taxa de crescimento do PIB pernambucano ficou 1,2 ponto percentual acima da taxa nacional.

Segundo a Agência CONDEPE/FIDEM, em 2011 a participação do PIB pernambucano no PIB nacional foi de 2,5%, conforme gráfico a seguir:



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM.

Pernambuco ocupou a décima posição no ranking, com a participação no PIB nacional menor que a de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Distrito Federal, Bahia e Goiás.

1.3.3 – Balança Comercial

Outro indicador relevante é a balança comercial do estado de Pernambuco. O quadro e o gráfico a seguir foram elaborados a partir de dados da Secretaria de Comércio Exterior – SECEX, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC. Eles retratam a série histórica da balança comercial pernambucana (importações x exportações) no período entre 2003 e 2013.

US\$ Mil FOB¹

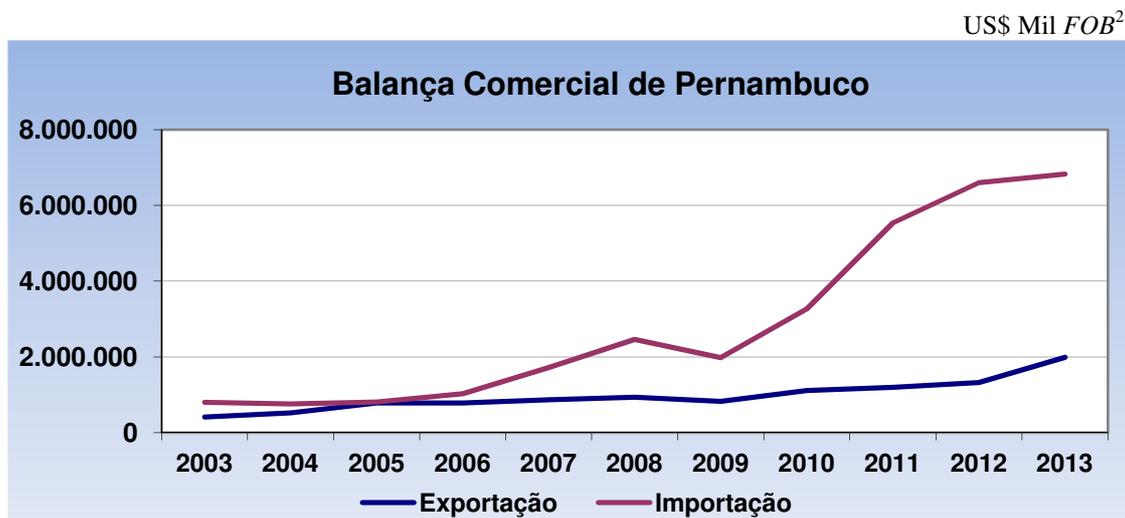
Balança Comercial de Pernambuco			
Ano	Exportação	Importação	Saldo
2003	411.137	795.969	-384.832
2004	517.549	758.773	-241.224
2005	786.051	805.933	-19.882
2006	781.046	1.024.745	-243.699
2007	870.557	1.720.082	-849.525
2008	937.633	2.460.592	-1.522.959
2009	823.972	1.981.372	-1.157.400
2010	1.112.502	3.272.666	-2.160.164
2011	1.198.969	5.534.266	-4.335.297
2012	1.319.976	6.595.544	-5.275.568
2013	1.991.531	6.824.563	-4.833.032

Fonte: MDIC/SECEX

¹ Valores de importação e exportação avaliados a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros)



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: MDIC/SECEX

Observa-se que a balança comercial de Pernambuco é historicamente deficitária, com as importações superando as exportações em todo o período retratado. Em 2013 seu déficit foi da ordem de US\$ 4,83 bilhões, inferior ao de 2012 que foi de aproximadamente US\$ 5,27 bilhões.

Segundo o Boletim Trimestral: Pernambuco – Indicadores Econômicos – vol. 11, 4º trimestre de 2013, da Agência CONDEPE/FIDEM, os principais produtos da pauta de exportações pernambucanas em 2013 foram: embarcações e estruturas flutuantes (Plataformas de perfuração/exploração, flutuantes) com 58,0% das vendas externas, seguidas por açúcares e produtos de confeitaria que responderam por 11,7% do total exportado.

Ainda segundo o boletim, em 2013 os principais produtos da pauta de importação de Pernambuco foram: os combustíveis minerais, óleos minerais, etc.– outras gasolinas, exceto para aviação, óleo diesel e outros propanos liquefeitos – que representaram 43,3% da pauta, seguidos por produtos químicos orgânicos – ácido tereftálico e seus sais como principal produto (10,1%) e por reatores nucleares, caldeiras, máquinas, etc. – outros aparelhos e dispositivos para modificar temperatura e máquinas para estampar metais –(7,9%).

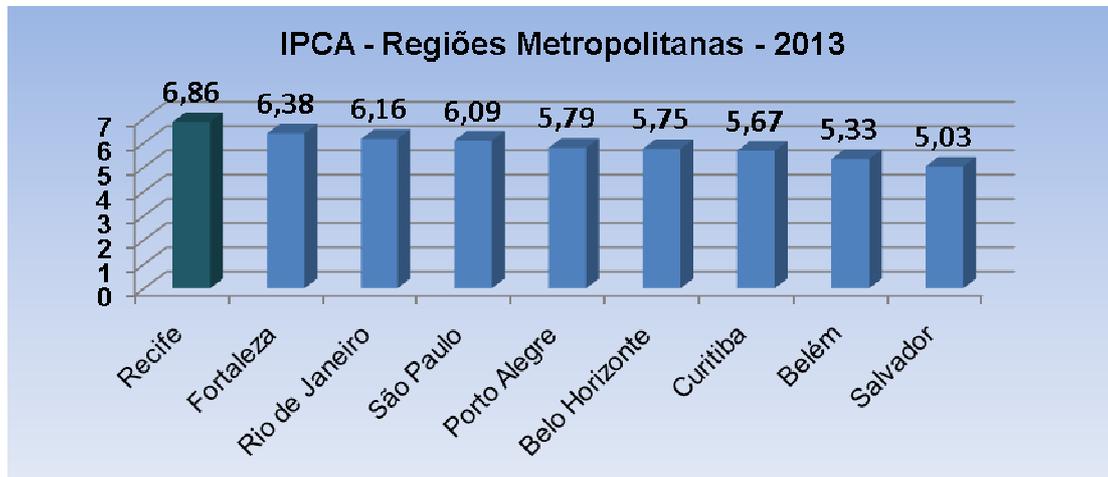
1.3.4 – Inflação

Outro indicador relevante é o índice de inflação. O gráfico a seguir compara o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA das regiões metropolitanas, medido pelo IBGE referente ao ano de 2013.

² Valores de importação e exportação avaliados a preços FOB (excluindo as despesas com fretes e seguros)



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



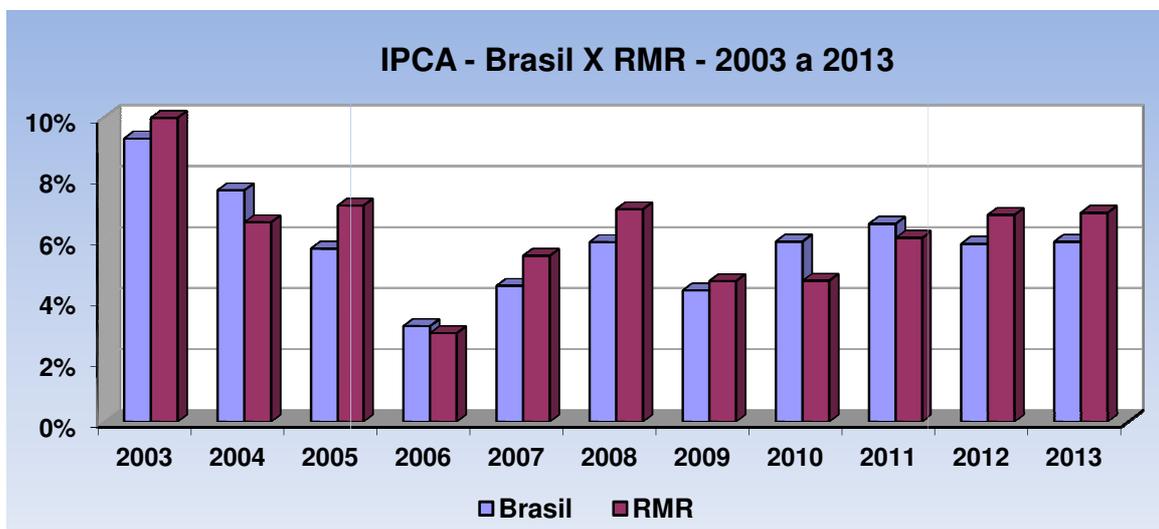
Fonte: IBGE

Verifica-se que a Região Metropolitana do Recife - RMR foi a que apresentou o maior índice de inflação em 2013 dentre as regiões metropolitanas pesquisadas, a saber: 6,86%.

A tabela e o gráfico a seguir comparam a inflação medida na Região Metropolitana do Recife – RMR e no Brasil pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no período de 2003 a 2013.

IPCA		
Ano	Brasil	RMR
2003	9,30%	9,98%
2004	7,60%	6,55%
2005	5,69%	7,10%
2006	3,14%	2,91%
2007	4,46%	5,45%
2008	5,90%	6,98%
2009	4,31%	4,62%
2010	5,92%	4,63%
2011	6,50%	6,04%
2012	5,84%	6,79%
2013	5,91%	6,86%

Fonte: IBGE



Fonte: IBGE

Observa-se que na série histórica retratada pelo gráfico o pico da inflação medida pelo IPCA ocorreu em 2003, apresentando taxas de 9,30% para o Brasil e 9,98% para a RMR. Verifica-se ainda que desde 2009 o IPCA da RMR vem aumentando e em 2013 o referido índice na RMR (6,86%) foi superior ao índice nacional (5,91%).

1.3.5 - Mercado de Trabalho

1.3.5.1 - Emprego

Com base nos dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED, do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, o Brasil gerou 1.109.902 empregos formais no ano de 2013. A Região Nordeste foi responsável pela geração de 203.683 empregos formais no mesmo ano, o que representa aproximadamente 18,35% do total gerado a nível nacional.

Do total de empregos formais gerados pelo Nordeste em 2013, o estado de Pernambuco contribuiu com 32.315 empregos, ou seja, 15,86% dos empregos formais criados no Nordeste foram originados em Pernambuco.

A tabela e o gráfico a seguir comparam a evolução do emprego formal, em termos percentuais, no Brasil, na Região Nordeste e no estado de Pernambuco entre 2004 e 2013.

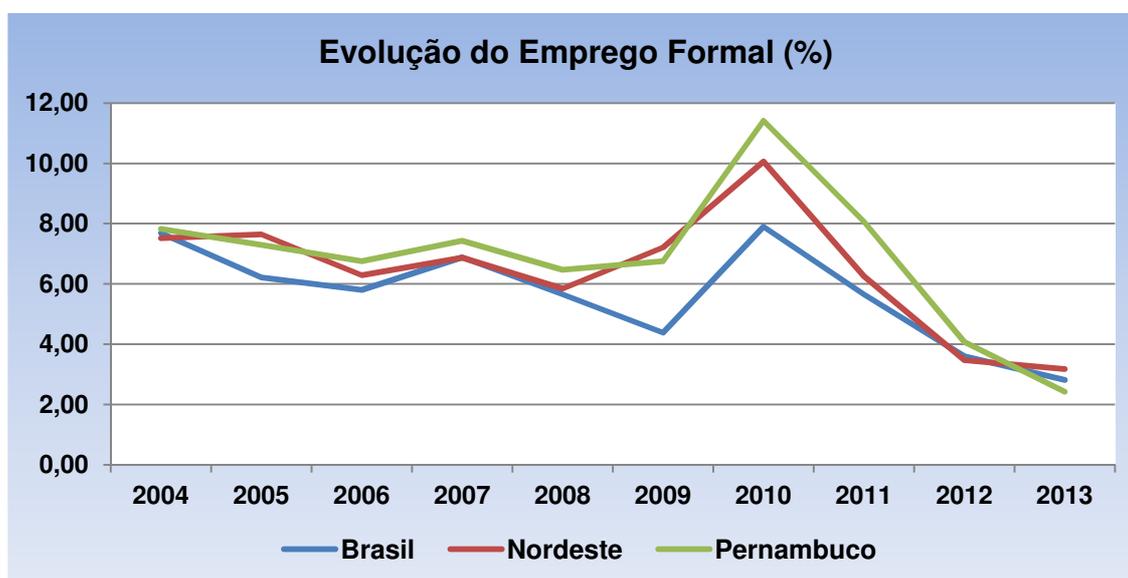
Evolução do Emprego Formal (%)			
Ano	Brasil	Nordeste	Pernambuco
2004	7,69	7,52	7,82
2005	6,21	7,64	7,30
2006	5,80	6,29	6,75
2007	6,88	6,87	7,43
2008	5,65	5,84	6,47



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Evolução do Emprego Formal (%)			
Ano	Brasil	Nordeste	Pernambuco
2009	4,38	7,21	6,76
2010	7,90	10,06	11,41
2011	5,65	6,26	8,07
2012	3,60	3,47	4,08
2013	2,81	3,18	2,42

Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED



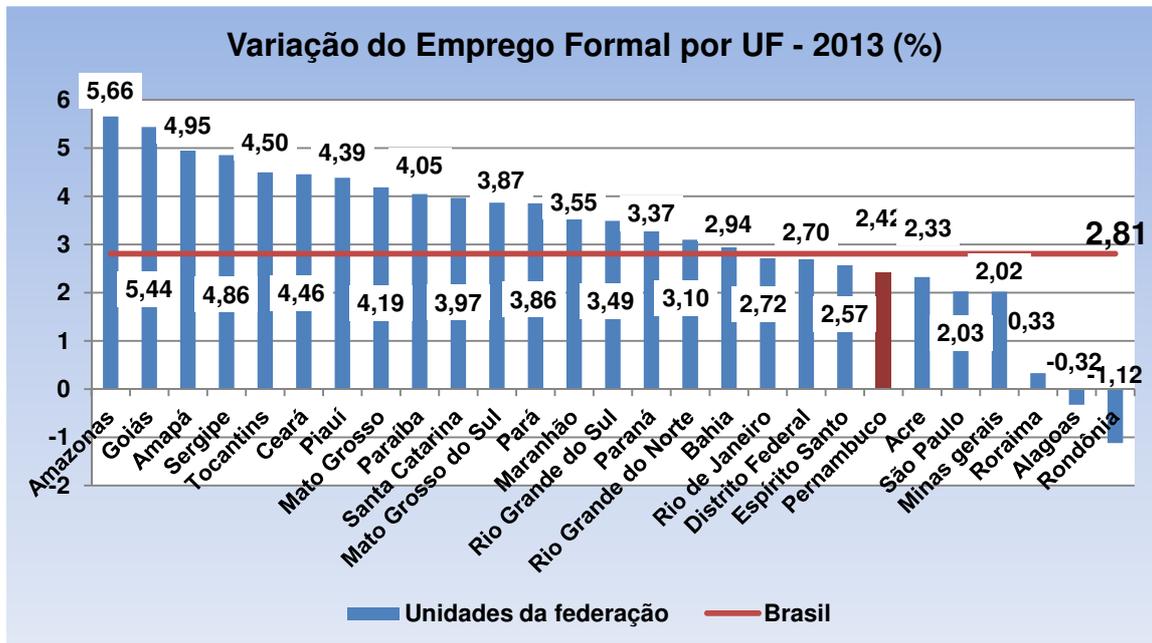
Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED

Observa-se que no período entre 2004 e 2012 a taxa de crescimento do emprego formal em Pernambuco foi superior à taxa nacional. Em 2013 a taxa do Brasil (2,81%) superou a de Pernambuco (2,42%). A partir de 2010 as taxas de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil apresentaram declínio, chegando em 2013 com os menores valores da série histórica.

O gráfico a seguir compara a variação do emprego formal entre as unidades da federação no ano de 2013.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: MTE/SPPE/DES/CGET - CAGED

Os dados do CAGED revelam ainda que em 2013 as admissões superaram os desligamentos em todas as unidades da federação, com exceção de Alagoas e Rondônia. Observa-se que Pernambuco ocupou a 21ª posição no ranking nacional em 2013, piorando sua posição em relação a 2012, quando ocupou a 12ª posição.

1.3.5.2 – Desemprego

O desemprego no Brasil é medido tanto pelo IBGE quanto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

O IBGE realiza a Pesquisa Mensal de Emprego – PME nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre com a finalidade de produzir indicadores para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho. Um dos indicadores obtidos é a Taxa de Desocupação Total, que corresponde ao percentual das pessoas desocupadas em relação às pessoas economicamente ativas.

Já o DIEESE, em conjunto com a Fundação Seade, realiza a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e no Distrito Federal. Um dos indicadores obtidos é a Taxa de Desemprego Total.

Os referidos institutos de pesquisa utilizam critérios diferentes para medição do desemprego. Enquanto a pesquisa do IBGE utiliza o critério de desemprego aberto, a



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

pesquisa do DIEESE utiliza o critério de desemprego total, que engloba tanto desemprego aberto quanto o desemprego oculto³.

A tabela e o gráfico a seguir fazem um comparativo entre as taxas de desocupação das regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE no período entre 2003 e 2013:

Taxa de Desocupação, por Regiões Metropolitanas (em %)							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	12,4	13,8	16,7	10,8	9,2	14,1	9,5
2004	11,5	12,7	16,0	10,6	9,0	12,6	8,6
2005	9,9	13,2	15,5	8,8	7,7	10,2	7,4
2006	10,0	14,6	13,7	8,5	7,9	10,5	8,0
2007	9,3	12,0	13,7	7,6	7,2	10,1	7,3
2008	7,9	9,3	11,5	6,5	6,8	8,4	5,9
2009	8,1	9,9	11,3	6,4	6,1	9,2	5,6
2010	6,7	8,7	11,0	5,5	5,6	7,0	4,5
2011	6,0	6,5	9,6	4,9	5,2	6,2	4,5
2012	5,5	6,0	7,2	4,4	5,0	6,0	4,0
2013	5,4	6,4	8,1	4,2	4,5	5,9	3,5
Variação (em p.p.) 2013-2003	-7,0	-7,4	-8,6	-6,7	-4,7	-8,2	-6,0

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – PME

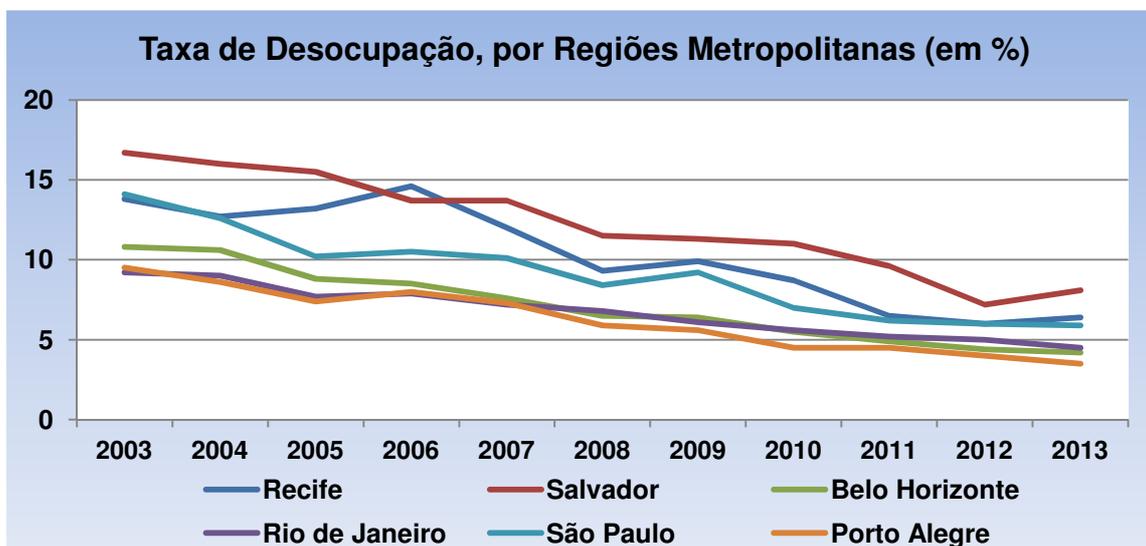
³ **desemprego aberto:** pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos sete últimos dias;

desemprego oculto pelo trabalho precário: pessoas que realizam trabalhos precários - algum trabalho remunerado ocasional de auto-ocupação - ou pessoas que realizam trabalho não-remunerado em ajuda a negócios de parentes e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram sem êxito até 12 meses atrás;

desemprego oculto pelo desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas apresentaram procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – PME

Observa-se uma trajetória de queda da taxa de desocupação para todas as regiões metropolitanas pesquisadas, destacando-se que a RMR apresentou uma queda de 7,4 pontos percentuais no período retratado. Observa-se ainda que entre 2012 e 2013 as regiões metropolitanas de Recife e Salvador reverteram essa tendência de queda com suas taxas de desocupação elevando-se de 6% para 6,4% e 7,2% para 8,1%, respectivamente.

Com relação à taxa de desemprego pesquisada pelo DIEESE, a tabela e o gráfico a seguir fazem um comparativo entre as regiões metropolitanas de Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador, São Paulo, Fortaleza e o Distrito Federal para o período de 2003 a 2013.

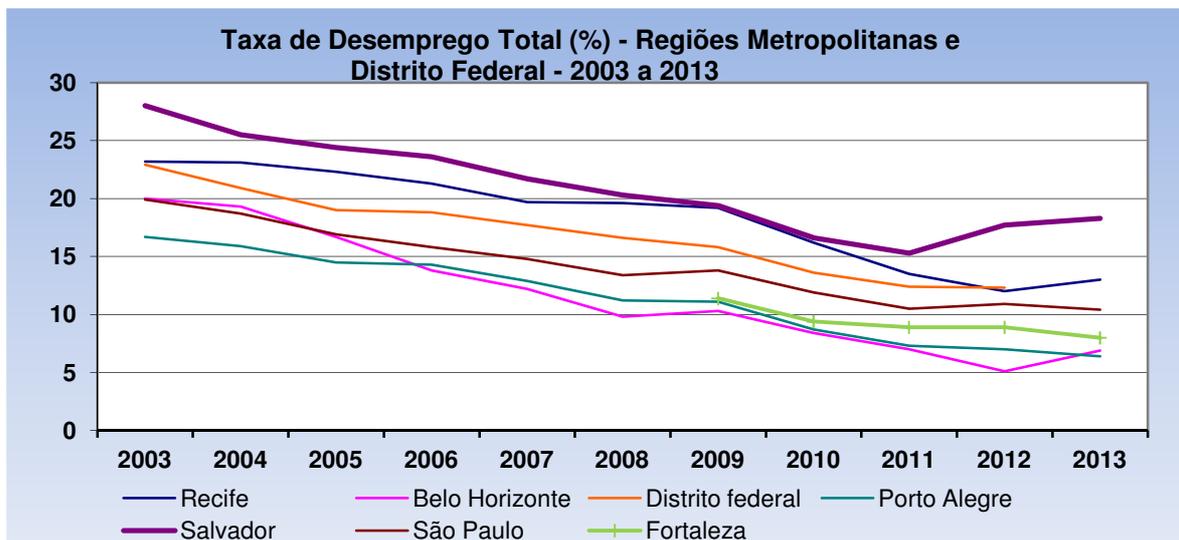
Taxa de Desemprego Total - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2003 a 2013 (%)							
Ano	Recife	Belo Horizonte	Distrito Federal	Porto Alegre	Salvador	São Paulo	Fortaleza
2003	23,2	20,0	22,9	16,7	28,0	19,9	-
2004	23,1	19,3	20,9	15,9	25,5	18,7	-
2005	22,3	16,7	19,0	14,5	24,4	16,9	-
2006	21,3	13,8	18,8	14,3	23,6	15,8	-
2007	19,7	12,2	17,7	12,9	21,7	14,8	-
2008	19,6	9,8	16,6	11,2	20,3	13,4	-
2009	19,2	10,3	15,8	11,1	19,4	13,8	11,4
2010	16,2	8,4	13,6	8,7	16,6	11,9	9,4
2011	13,5	7,0	12,4	7,3	15,3	10,5	8,9
2012	12,0	5,1	12,3	7,0	17,7	10,9	8,9
2013	13,0	6,9	-	6,4	18,3	10,4	8,0

Fonte: DIEESE

Nota: A pesquisa em Fortaleza teve início em 2009



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: DIEESE

Verifica-se que as taxas de desemprego medidas pelo DIEESE são maiores que as medidas pelo IBGE. Como dito anteriormente, o conceito dado pelo DIEESE para esse indicador é mais abrangente que o dado pelo IBGE.

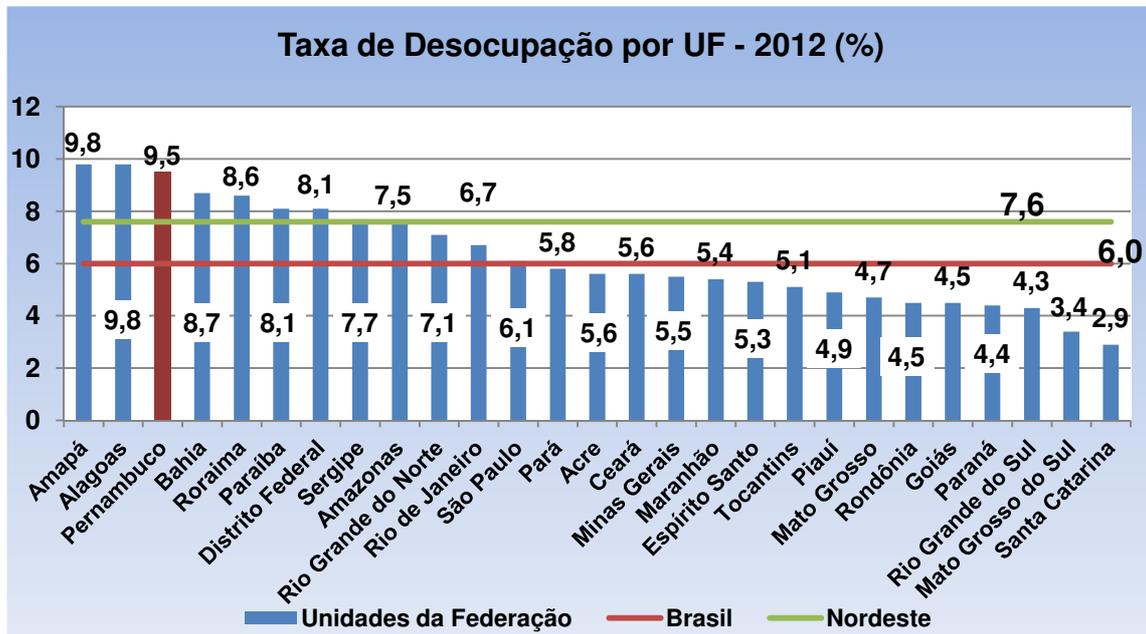
Assim como observado em relação à taxa de desocupação medida pelo IBGE, verifica-se uma tendência de queda na taxa de desemprego para todas as regiões metropolitanas acompanhadas pela pesquisa do DIEESE no período retratado. Observa-se ainda que entre os anos de 2012 e 2013 as regiões metropolitanas de Recife, Salvador e Belo Horizonte reverteram essa tendência de queda, com suas taxas de desocupação elevando-se de 12% para 13%, de 17,7% para 18,3% e de 5,1% para 6,9%, respectivamente.

Verifica-se que as maiores taxas para ambos indicadores no período retratado foram observadas na RMR de Salvador, seguida da RMR do Recife.

Além da Pesquisa Mensal de Emprego – PME realizada pelo IBGE, o referido órgão também realiza a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. Por meio desta última foi obtida a taxa de desocupação das pessoas de 16 anos ou mais anos de idade, segundo as unidades da federação, ano 2012, conforme gráfico a seguir.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE, PNAD-2012

A taxa de desocupação das pessoas de 16 ou mais anos de idade no estado de Pernambuco foi de 9,5% em 2012. Observa-se que Pernambuco ocupou a terceira pior posição no ranking nacional, ficando atrás apenas do Amapá (9,8%) e de Alagoas (9,8%).

1.3.5.3 – Rendimento

Por meio da Pesquisa Mensal de Emprego – PME do IBGE é obtido o ‘rendimento médio real habitualmente recebido pela população ocupada, por regiões metropolitanas’. Tal pesquisa é realizada nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Seguem tabela e gráfico demonstrando as médias anuais do referido indicador nas regiões metropolitanas pesquisadas no período de 2003 a 2013:

Em R\$ 1,00

Rendimento Médio Real - 2003 a 2013 - Regiões Metropolitanas							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2003	1.488,48	1.077,57	1.164,99	1.307,96	1.460,64	1.678,28	1.398,41
2004	1.469,47	1.050,72	1.141,14	1.305,11	1.443,73	1.651,90	1.407,22
2005	1.492,02	1.084,44	1.162,47	1.334,70	1.474,90	1.672,37	1.390,10
2006	1.551,04	1.135,74	1.225,41	1.387,97	1.515,22	1.757,17	1.436,48
2007	1.600,54	1.165,99	1.256,69	1.438,30	1.603,06	1.789,43	1.497,17
2008	1.654,87	1.149,87	1.340,94	1.504,49	1.687,10	1.831,70	1.534,88
2009	1.707,39	1.137,84	1.387,16	1.566,04	1.741,55	1.889,52	1.604,72
2010	1.771,47	1.275,13	1.449,40	1.654,07	1.862,85	1.897,60	1.710,18
2011	1.819,56	1.304,70	1.524,49	1.728,09	1.954,47	1.910,49	1.754,75

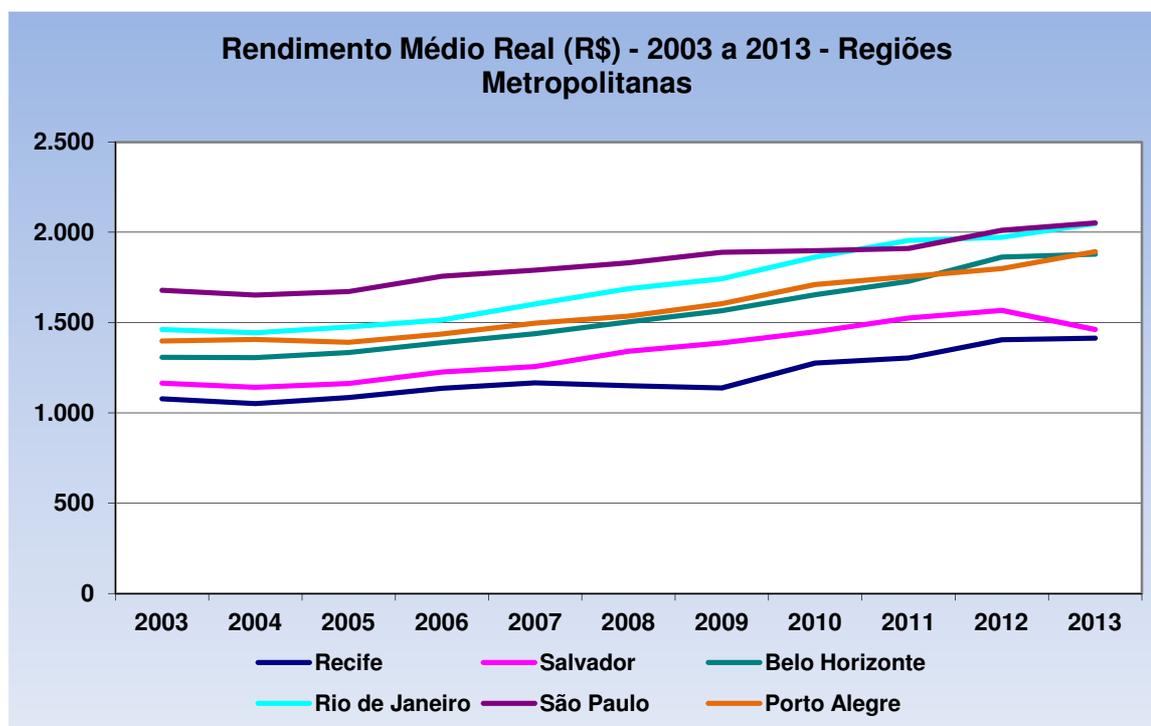


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Rendimento Médio Real - 2003 a 2013 - Regiões Metropolitanas							
Ano	Total	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre
2012	1.894,03	1.404,10	1.567,11	1.862,22	1.972,91	2.011,72	1.799,08
2013	1.929,03	1.414,40	1.460,68	1.877,99	2.049,07	2.051,07	1.892,83
Variação (%) 2013-2003	29,6	31,3	25,4	43,6	40,3	22,2	35,4

Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – PME

Nota: Rendimento médio real habitualmente recebido pela população ocupada, a preços de dezembro de 2013. Médias das estimativas mensais.



Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego – PME

Observa-se o crescimento do rendimento médio real no período retratado em todas as regiões metropolitanas pesquisadas. Na Região Metropolitana do Recife – RMR, o crescimento no período de 2003 a 2013 foi de 31,3%, ficando abaixo do crescimento verificado nas regiões metropolitanas de Porto Alegre (35,4%), do Rio de Janeiro (40,3%) e de Belo Horizonte (43,6%).

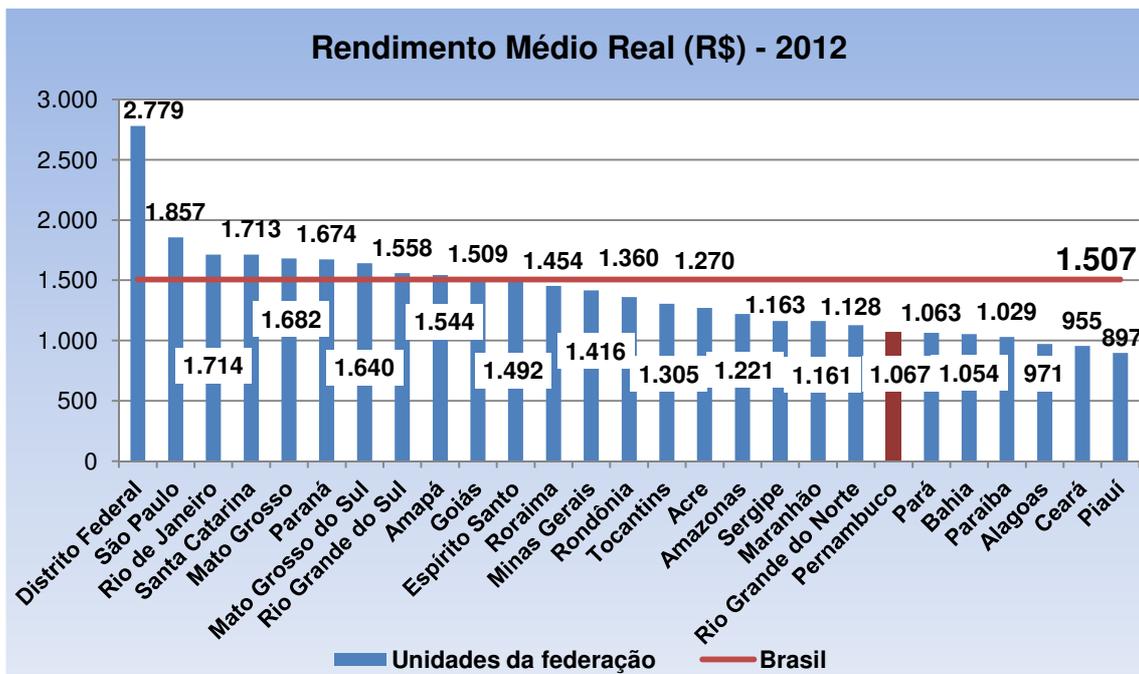
Verifica-se ainda que em todo o período retratado o rendimento médio real habitualmente recebido pela população ocupada na RMR foi o menor dentre todas as regiões metropolitanas pesquisadas. Em 2013 o referido indicador na RMR foi de R\$ 1.414,40.

Por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2012, também realizada pelo IBGE, foi obtido o rendimento médio mensal real de todos os



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por unidade da federação, ano 2012, conforme gráfico a seguir:



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2012

Notas: 1. Excluídas as informações das pessoas sem declaração de rendimento.

2. Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2012.

Observa-se que Pernambuco não está bem posicionado no ranking nacional, ocupando a 21ª posição, com rendimento médio real em 2012 de R\$ 1.067,00, ficando abaixo da média nacional (R\$.1.507,00) e de diversas unidades da federação, conforme ilustrado no gráfico.

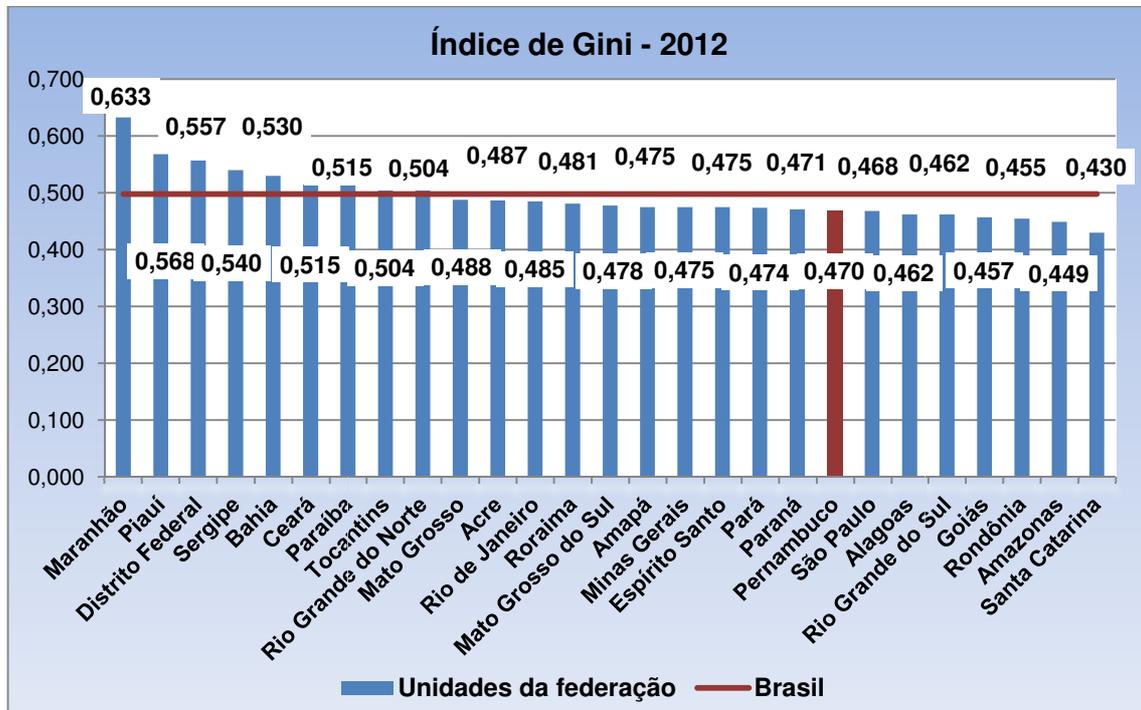
1.3.6 – Índice de Gini

O Índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

O gráfico a seguir representa o Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos das pessoas de 15 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho, segundo as Unidades da Federação, ano 2012, obtido através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, do IBGE.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

Considerando que quanto maior o índice maior a desigualdade de renda, Pernambuco está bem posicionado no ranking nacional, com índice de gini correspondente a 0,470, um pouco inferior ao índice nacional (0,498) e superior aos dos estados de São Paulo, Alagoas, Rio Grande do Sul, Goiás, Rondônia, Amazonas e Santa Catarina.

1.3.7 – Segurança Pública

Em 2003 foi criado o Sistema Único de Segurança Pública - SUSP, que atribuiu à Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP, do Ministério da Justiça, o papel de coordenadora das políticas nacionais de segurança pública. A partir de então, a SENASP iniciou em 2004 a construção do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal – SINESPJC, que tinha por objetivo reunir uma série de informações sobre criminalidade e segurança pública.

Em 2012, por meio da Lei Federal 12.481, de 04/07/12, foi instituído o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP. Tal sistema tem por finalidade armazenar, tratar e integrar dados e informações para auxiliar na formulação, implementação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas relacionadas com segurança pública, sistema prisional e execução penal e enfrentamento do tráfico de crack e outras drogas ilícitas.

Integram o SINESP os Poderes Executivos da União, dos *Estados* e do Distrito Federal. O integrante que deixar de fornecer ou atualizar seus dados e



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

informações no SINESP não poderá receber recursos nem celebrar parcerias com a União para financiamento de programas, projetos ou ações de segurança pública e do sistema prisional, na forma do regulamento, conforme o § 2º do artigo 3º da Lei 12.481/12. Os Municípios, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública e o Ministério Público poderão participar do SINESP mediante adesão, na forma estabelecida pelo Conselho Gestor.

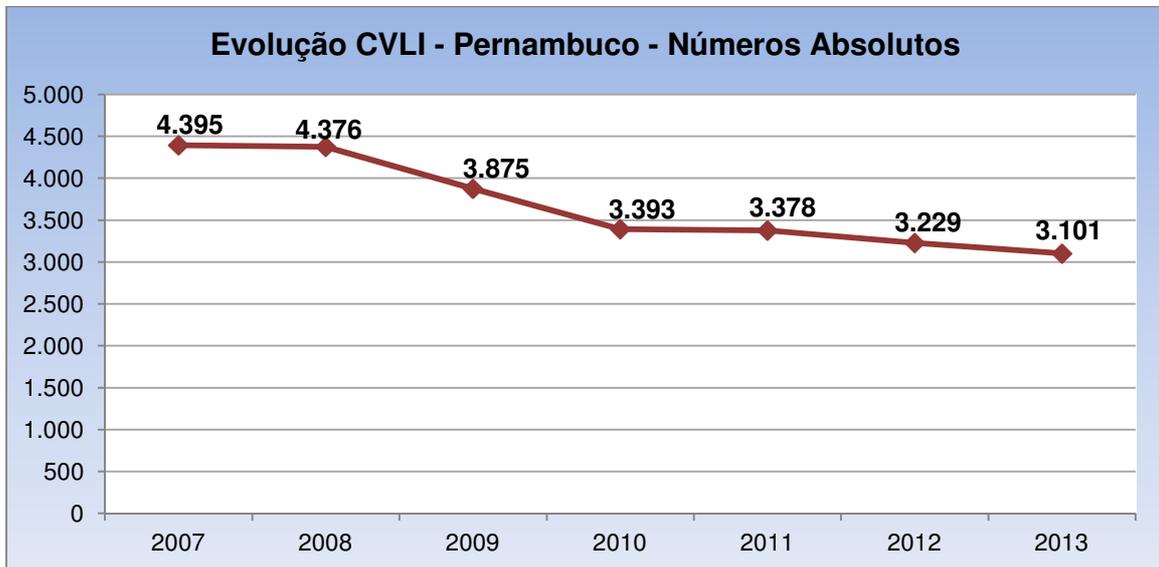
A partir de dados publicados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública e no Informe Mensal da Conjuntura Criminal em Pernambuco foram elaborados o quadro e os gráficos a seguir demonstrando a evolução do número de vítimas de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI em Pernambuco, de 2007 a 2013, e um comparativo do número de vítimas da CVLI entre as unidades da federação em 2012. A categoria ‘Crimes Violentos Letais Intencionais’ agrega as ocorrências de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte.

Crimes violentos letais intencionais (CVLI) - 2012		
UF	Nº Absolutos	Taxas
Bahia	5.764	40,7
São Paulo	5.180	-
Minas Gerais	4.125	20,8
Rio de Janeiro	3.970	24,5
Ceará	3.657	42,5
Pará	3.491	44,6
Paraná	3.323	31,4
Pernambuco	3.229	36,2
Rio Grande do Sul	2.133	19,8
Alagoas	1.955	61,8
Maranhão	1.614	24,0
Paraíba	1.501	39,3
Goiás	1.340	21,8
Rio Grande do Norte	1.199	37,1
Amazonas	1.076	30,0
Mato Grosso	1.032	33,1
Espírito Santo	1.005	28,1
Santa Catarina	852	13,3
Sergipe	845	40,0
Distrito Federal	839	32,1
Piauí	517	16,4
Rondônia	422	26,5
Mato Grosso do Sul	404	16,1
Tocantins	308	21,7
Acre	184	24,2
Amapá	73	10,4
Roraima	70	14,9

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2013

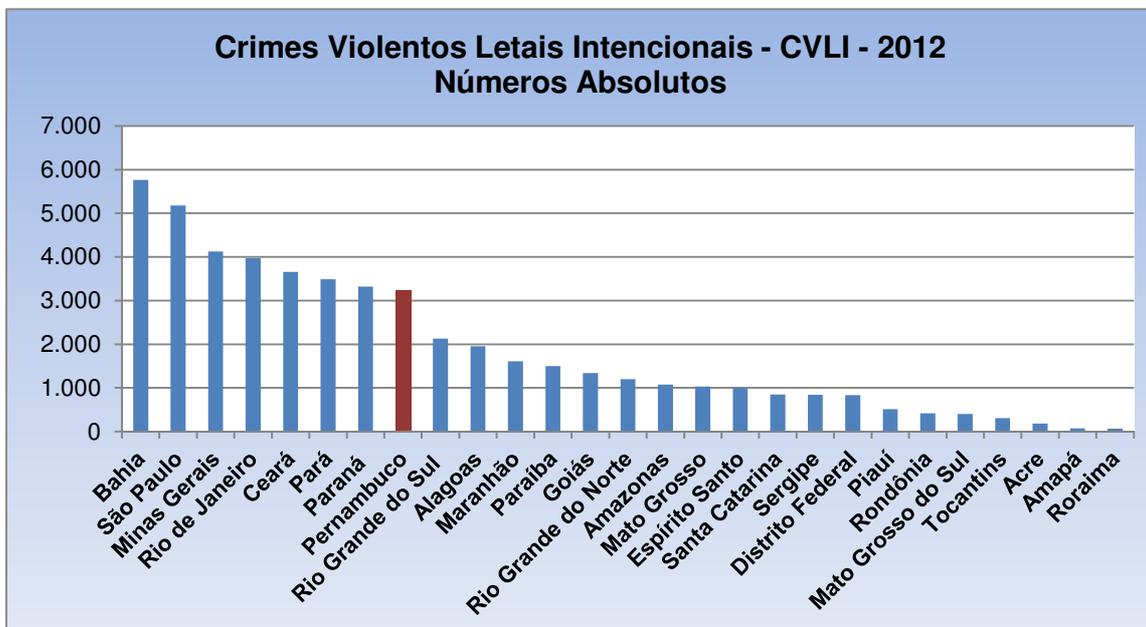


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: Anos 2007 a 2012: Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2012 e 2013
Ano 2013: Informe Mensal da Conjuntura Criminal em Pernambuco, dezembro/2013

Observa-se que ao longo dos anos o número de vítimas de CVLI em Pernambuco vem caindo, passando de 4.395 vítimas em 2007 para 3.101 vítimas em 2013.



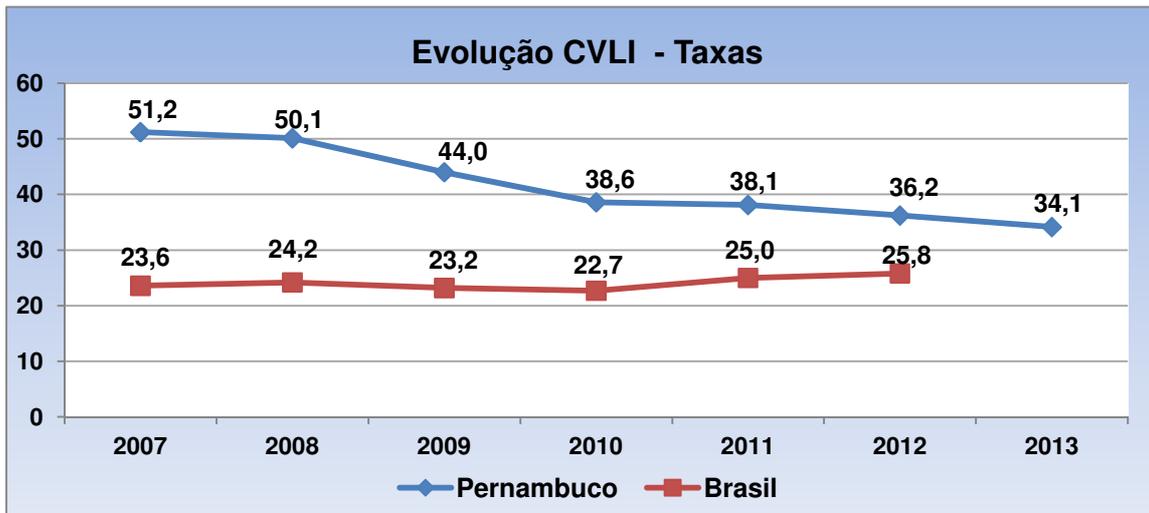
Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2013

Em 2012 Pernambuco ocupou a 8ª posição no ranking nacional entre as unidades da federação com maior número de vítimas de crimes violentos letais intencionais, 3.229, ficando atrás da Bahia, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará, Pará e Paraná.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS

Também a partir de dados publicados no Anuário Brasileiro de Segurança Pública e no Informe Mensal da Conjuntura Criminal em Pernambuco foram elaborados os gráficos a seguir demonstrando a evolução da Taxa de Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI em Pernambuco (de 2007 a 2013) e no Brasil (de 2007 a 2012), bem como um comparativo da taxa da CVLI entre as unidades da federação em 2012.



Fonte: Anos 2007 a 2012: Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2012 e 2013
Ano 2013: Informe Mensal da Conjuntura Criminal em Pernambuco, dezembro/2013
Nota: 1 – A taxa é medida por 100 mil habitantes

Verifica-se que embora a taxa de CVLI em Pernambuco venha caindo ao longo dos anos, passando de 51,2 em 2007 para 34,1 em 2013, ela é superior à taxa medida para o Brasil em todo o período retratado.



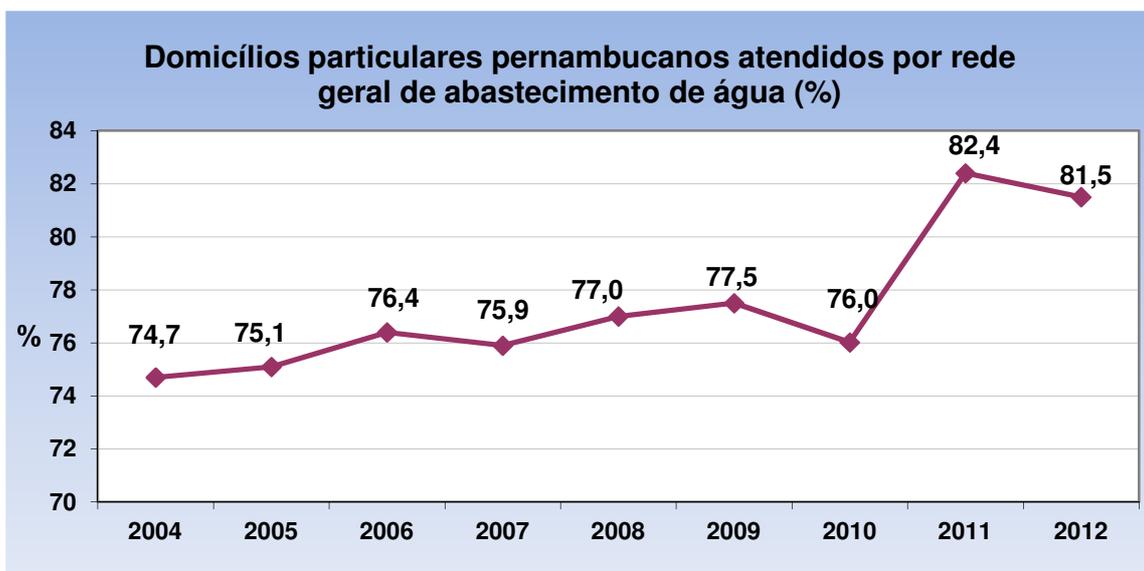
Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública – 2013
Notas: 1 – A taxa é medida por 100 mil habitantes
2 – Não há informação disponível para o estado de São Paulo



Quando comparadas as 26 unidades da federação com taxas de CVLI disponibilizadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, verifica-se que em 2012 Pernambuco ocupou a 8ª posição no ranking, com 36,2 CVLI por 100 mil habitantes, ficando atrás dos estados de Alagoas, Pará, Ceará, Bahia, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte.

1.3.8 – Saneamento

Os gráficos a seguir retratam o percentual de domicílios particulares pernambucanos atendidos pela rede geral de abastecimento de água bem como pela rede coletora de esgoto, no período de 2004 a 2012. Também será feita comparação entre o percentual de domicílios das unidades da federação atendidos pelos referidos serviços no ano de 2012.

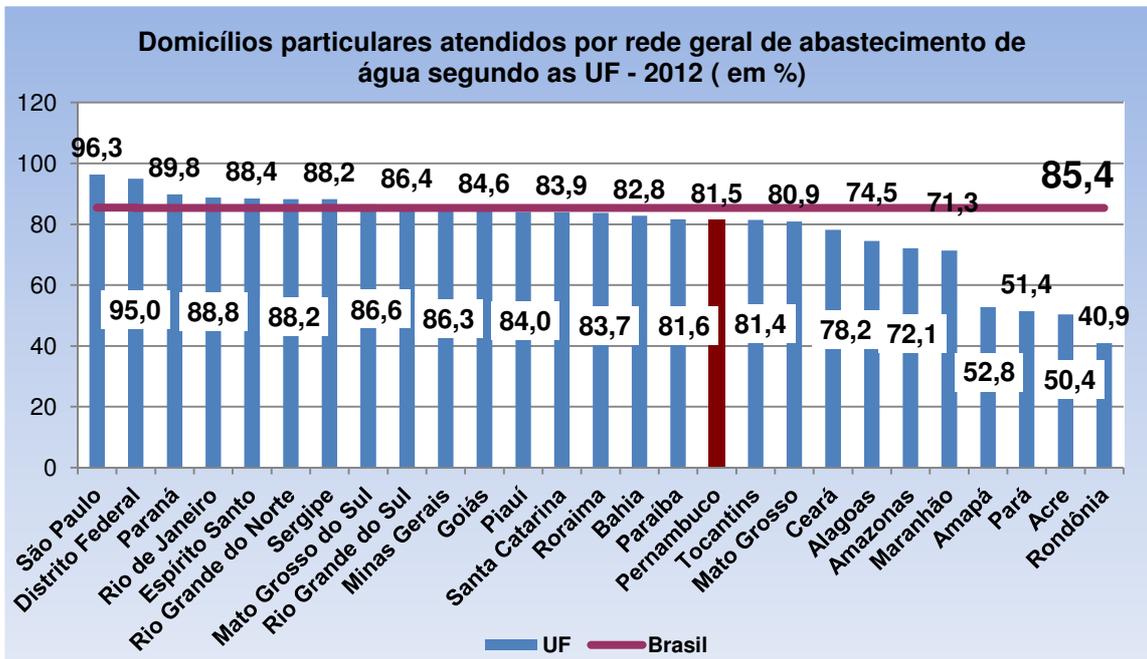


Fonte: 2004 a 2009, 2011 e 2012 – IBGE/PNAD, Síntese de Indicadores Sociais.
2010 - IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010.

Observa-se que ao longo dos anos vem aumentando o número de domicílios particulares pernambucanos atendidos por rede geral de abastecimento de água, passando de 74,7% em 2004 para 81,5% em 2012. Observa-se ainda uma pequena queda entre os exercícios de 2011 e 2012.

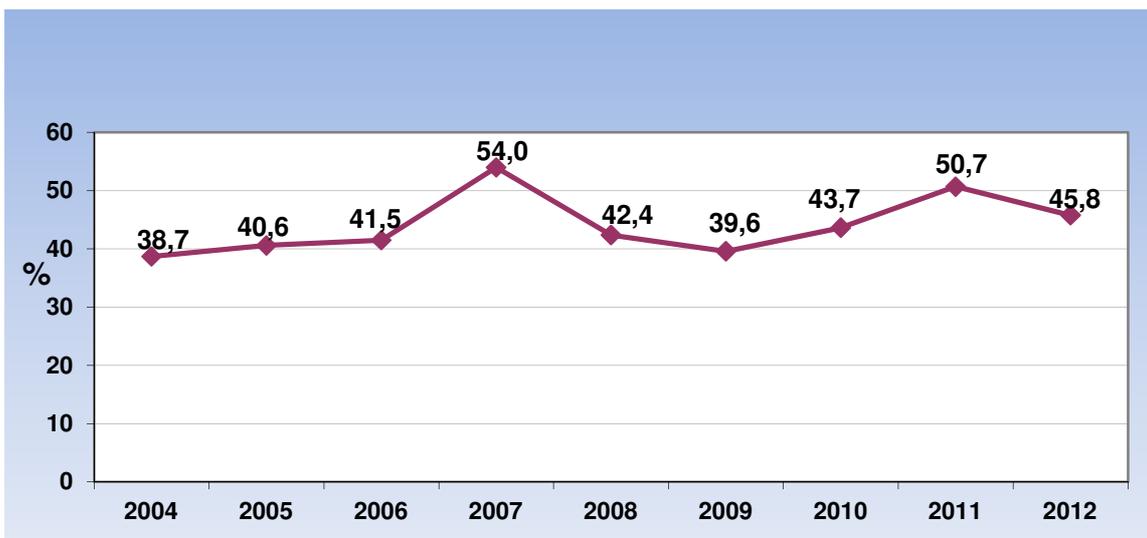


ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - DIVISÃO DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012.

No ano de 2012 Pernambuco ocupou a 17^a posição no ranking nacional, sendo São Paulo o estado mais bem posicionado, com 96,3% dos domicílios particulares atendidos por rede geral de abastecimento de água e Rondônia o estado em pior situação, com apenas 40,9% dos domicílios ligados à rede. O referido indicador para Pernambuco (81,5%) foi inferior à média nacional (85,4%).



Fonte: 2004 a 2009, 2011 e 2012 – IBGE/PNAD, Síntese de Indicadores Sociais.
2010 - IBGE, Sinopse do Censo Demográfico 2010.

Verifica-se que o percentual de domicílios particulares pernambucanos atendidos por rede coletora de esgoto é bem menor do que os atendidos por rede geral de

ERROR: syntaxerror
OFFENDING COMMAND: %ztokenexec_continue

STACK:

-filestream-